



Correspondência ao Autor

¹ Gabriel Cunha Beato

E-mail: gabrielcbeato@gmail.com

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Araraquara, SP, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/8394025499581528>

Submetido: 13 jan. 2021

Aceito: 18 jun. 2022

Publicado: 11 ago. 2022

[doi> 10.20396/riesup.v9i0.8663953](https://doi.org/10.20396/riesup.v9i0.8663953)

e-location: e023017

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Concepções e Reflexões de Membros da Comunidade Acadêmica da *Universidad Nacional de Córdoba* Sobre a Soberania e Segurança Alimentar no Currículo de Nutrição: Relato de uma Visita Acadêmica.

Gabriel Cunha Beato¹  <https://orcid.org/0000-0003-1490-2817>

Lidia Ana Del Valle Carrizo²  <https://orcid.org/0000-0001-7981-1858>

Maria Rita Marques de Oliveira³  <https://orcid.org/0000-0003-1226-4364>

^{1,3}Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; ²Universidade Nacional de Córdoba

RESUMO

A soberania e a segurança alimentar são temas transversais de interesses multiprofissionais, dos quais o nutricionista possui especial aproximação na inserção profissional dada as características curriculares. O grau de proximidade do nutricionista com estas temáticas depende do processo de formação no nível universitário e do currículo da instituição de ensino, os quais podem abordar de maneira suficiente, ou não, os temas durante a graduação. O presente relato de experiências tem como objetivo relatar a experiência de uma visita acadêmica guiada por entrevistas realizada na Escola de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da *Universidad Nacional de Córdoba* no ano 2019. Foram realizadas entrevistas estruturadas com 7 personagens chaves acerca da compreensão e da presença da soberania e segurança alimentar no atual currículo de graduação em Nutrição. Como principais resultados, observou-se que os personagens-chaves possuíam conhecimento sobre estas temáticas, mas que estes conteúdos não eram presentes de maneira clara no currículo. Grande parte do conhecimento envolvendo a soberania e segurança alimentar eram adquiridos através de projetos de extensão e trabalhos na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE

Currículo. Ensino superior. Nutrição. Análise de conteúdo.

Conceptions and Reflections of Members of the Academic Community of the Universidad Nacional de Córdoba on Sovereignty and Food Security in the Nutrition Curriculum: a Report from an Academic Visit.

ABSTRACT

Food sovereignty and security are cross-cutting themes of multiprofessional interests, of which the nutritionist has a special approach to professional insertion given the curricular characteristics. The degree of proximity of the nutritionist to these themes depends on the training process at the university level and the curriculum of the educational institution, which can address, sufficiently, or not, the themes during graduation. The present report of experiences aims to report the experience of an academic visit guided by interviews held at the School of Nutrition of the Faculty of Medical Sciences of the Universidad Nacional de Córdoba in 2019. Structured interviews were conducted with 7 key characters about understanding and the presence of food sovereignty and security in the current undergraduate curriculum in Nutrition. As main results, it was observed that the key characters had knowledge about these themes, but these contents were not clearly present in the curriculum. Much of the knowledge involving food sovereignty and security was acquired through extension projects and community work.

KEYWORDS

Curriculum. Higher education. Nutrition. Content analysis.

Concepciones y Reflexiones de Miembros de la Comunidad Académica de la Universidad Nacional de Córdoba Sobre la Soberanía y la Seguridad Alimentaria en el Currículo de Nutrición: Relato de una Visita Académica.

RESUMEN

La soberanía y la seguridad alimentaria son temas transversales de intereses multiprofesionales, de los cuales el nutricionista tiene un enfoque especial de inserción profesional dadas las características curriculares. El grado de proximidad del nutricionista a estos temas depende del proceso de formación a nivel universitario y del plan de estudios de la institución educativa, que puede abordar los temas suficientemente, o no, durante la graduación. El presente relato de experiencias tiene como objetivo relatar la experiencia de una visita académica guiada por entrevistas realizadas en la Escuela de Nutrición de la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad Nacional de Córdoba en 2019. Se realizaron entrevistas estructuradas con 7 personajes claves sobre la comprensión y la presencia de la soberanía y la seguridad alimentaria en el actual plan de estudios de pregrado en Nutrición. Como principales resultados, se observó que los personajes claves tenían conocimientos sobre estos temas, pero que estos contenidos no estaban claramente presentes en el currículo. Gran parte del conocimiento sobre soberanía y seguridad alimentaria se adquirió a través de proyectos de extensión y trabajo comunitario.

PALABRAS CLAVE

Currículo. Enseñanza superior. Nutrición. Análisis de contenido.

Introdução

O currículo acadêmico centra-se nos conteúdos como produtos do saber culto e elaborado sob a formalização de diferentes disciplinas (BARCO, 2012). Pode ser compreendido como um plano de orientação tecnológica que se fixa com aquilo que deve ser ensinado e como deve ser, a fim de se obter máxima eficiência (CORREIA; DIAS, 1998). Entretanto, o currículo pode também expressar-se através das experiências e dos interesses dos alunos, sendo entendido como um meio de promoção da sua autorrealização (SACRISTÁN, 1991).

Por se tratar de um documento construído coletivamente e que busca refletir e responder as demandas sociais locais e globais através, por exemplo, da definição de conteúdos e metodologias técnico-científicas, o currículo reconhece as mudanças sociais e estruturais ao seu redor e se adapta constantemente a estes câmbios (FIORIN, 2015; MESQUITA; FLORES; LIMA, 2018). Porém, não são todas as instituições de ensino que realizam esta adaptação com frequência, o que resulta em um descompasso ente o currículo e aquilo que se pretende “resolver” na sociedade com o que, de fato, é a realidade a ser trabalhada (BARCO, 2012; MORAES; COSTA, 2016).

Neste sentido, a inovação curricular tem sido apontada como um dos caminhos para o enfretamento desta disparidade. De acordo com Masetto (2017, p. 204),

esta inovação curricular no ensino superior sempre é provocada por um problema ou uma necessidade, uma carência, diagnosticada na formação dos profissionais, para a qual o currículo existente já não apresenta respostas adequadas. Defrontamo-nos com uma perspectiva nova que se nos apresenta e nos aponta um caminho novo para superarmos a necessidade e a carência diagnosticadas.

No âmbito do ensino superior em Nutrição, algumas propostas de inovações curriculares buscam inserir conteúdos integrais e holísticos relacionados com os problemas da atualidade que incluem aspectos políticos, ambientais, econômicos e socioculturais na formação acadêmica dos profissionais a partir de projetos de extensão e pesquisas envolvendo participações sociais e a noção de territorialidade e organização social local (COSTA; RIBEIRO, 2012; CROCKER *et al.*, 2017; FRUTUOSO; JUNQUEIRA; CAPOZZOLO, 2017; LISBÔA; FONSECA, 2020; SAAVEDRA R.; ILLESCA P.; CABEZAS G., 2014). Isto porque as ciências básicas, as ciências nutricionais e dos alimentos são comumente trabalhadas no currículo com bastante ênfase no sentido de formar o profissional para uma atuação focada no alimento, no componente biológico e no tratamento de doenças, muito em função da origem biologista da profissão de nutricionista (ACOFANUD, 2013; ALVES; MARTINEZ, 2016; SOARES; AGUIAR, 2010; WANDEN-BERGHE *et al.*, 2010).

O relatório da Comissão do Lancet publicado em 2019 mostrou que as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas são o principal desafio para os indivíduos, o meio-ambiente e o planeta. Estas três pandemias representam conjuntamente a Sindemia Global, com determinantes comuns subjacentes nos sistemas de alimentação, transporte,

urbanismo e uso da terra. Para o enfrentamento destes problemas sistêmicos que resultam nesta condição, ações conjuntas coordenadas entre diversos setores da academia, da sociedade civil organizada, dos poderes públicos e das grandes corporações são necessárias para a geração de efeitos simultâneos em duas ou três das pandemias referidas. Esta sinergia de ações é essencial para a saúde do planeta, definida como saúde e bem-estar das pessoas e dos ambientes naturais dos quais o homem depende (SWINBURN *et al.*, 2019).

Somados ao desafio do combate à Sindemia Global, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, elaborados pela Organização das Nações Unidas em 2015, são uma agenda mundial composta por 17 objetivos 169 metas a serem atingidas até 2030 que visam a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros. Especificamente o objetivo número 2 desta agenda é acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável a nível mundial (UN, 2015).

Ações exitosas envolvendo a alimentação, nutrição e a produção de alimentos são importantes para a tentativa de reversão dos danos à saúde e aos direitos humanos básicos causados tanto pela fome quanto pelo excesso de consumo alimentar a nível mundial. Neste âmbito, destacam-se ações no campo da soberania e da segurança alimentar a partir da perspectiva dos direitos humanos (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013; GUERRA; CERVATO-MANCUSO; BEZERRA, 2019).

Definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1996, a segurança alimentar (SA) ocorre quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a recursos suficientes, alimentos seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida saudável. A partir desta definição, quatro dimensões são percebidas: a disponibilidade de quantidades suficientes de alimentos com qualidade apropriada, fornecidos através da produção ou importação doméstica (incluindo ajuda alimentar); o acesso dos indivíduos a recursos apropriados para a aquisição de alimentos adequados para uma dieta nutritiva; a utilização de alimentos por meio de dieta adequada, água potável, saneamento e assistência médica para alcançar um estado de bem-estar nutricional, onde todas as necessidades fisiológicas são atendidas; e a estabilidade de acesso a alimentos seguros o tempo todo, sem prejudicar a garantia a outros direitos humanos básicos. (DE SCHUTTER, 2011; FAO, 1996).

Em um outro contexto, o conceito de soberania alimentar (SO), estipulado pelo movimento da Via Campesina também 1996, versa sobre a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica na liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos, bom como a conservação das capacidades já existentes, garantindo,

por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola (LA VIA CAMPESINA, 1996).

A SA e SO são temas transversais de interesses multiprofissionais, dos quais o nutricionista possui especial aproximação na inserção profissional dada as características curriculares. O grau de proximidade do nutricionista com estas temáticas depende do processo de formação no nível universitário, o qual pode abordar de maneira suficiente, ou não, os temas durante o processo formativo. A construção de trabalho e fortalecimento destas áreas apontam para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações de caráter integral, holístico, intersetorial, interrelacionado e contínuo em contextos culturais e territoriais específicos, que extrapolam o campo do acesso ao alimento de qualidade, relacionando-se inclusive com promoção da saúde, soberania nacional e sustentabilidade ambiental e econômica, sendo estes eixos fundamentais para o enfrentamento da sindemia global. (DART *et al.*, 2019; HOYOS; D'AGOSTINI, 2017; LISBÔA; FONSECA, 2020).

Tendo em vista este cenário, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever entrevistas realizadas em meio a uma visita acadêmica na Escola de Nutrição da *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC) acerca das concepções e reflexões da SA e da SO no currículo de graduação em Nutrição.

Descrição da Experiência

Trata-se de um relato de experiência de uma visita acadêmica guiada por entrevistas realizada na Escola de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da UNC no ano 2019.

A partir de convênio firmado entre a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a UNC (nº027/2014), com espaço acadêmico da disciplina optativa de Política Alimentar, foi organizada esta visita acadêmica com duração de uma semana em maio de 2019 em meio a realização de pesquisa de tese de doutorado intitulada “A Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional nos currículos de Nutrição de instituições de ensino superior da América Latina”.

A intenção da visita foi conhecer a estrutura curricular, as instalações físicas e a proposta de reestruturação curricular do curso de graduação em Nutrição da Escola de Nutrição. A fim de se realizar um aprofundamento sobre as questões referentes à SA e SO no atual currículo de Nutrição, propôs-se a realização de entrevistas estruturadas a diferentes personagens-chaves da instituição, descritas neste relato de experiência.

Realização das Entrevistas

Para compreender as reflexões e concepções de personagens-chaves no que tange a SA e SO no currículo de graduação em Nutrição, foram selecionados 7 participantes, descritos conforme quadro 01.

Quadro 01. Perfil dos entrevistados.

Entrevistado	Sigla	Perfil
Estudante 1	E1	Estudante concluinte do curso de Graduação em Nutrição da UNC. Presidente do centro de estudantes de ciências médicas da Faculdade de Ciências Médicas.
Estudante 2	E2	Estudante do segundo ano do curso de Graduação em Nutrição da UNC e presidenta da Secretaria de Nutrição da Escola de Nutrição.
Professor 1	P1	Professora do curso de graduação em Nutrição da UNC. Ministra a disciplina de Desenvolvimento Socioeconômico e Abastecimento e de Práticas em Dietética Institucional.
Professor 2	P2	Professora do curso de graduação em Nutrição da UNC. Presidente da Comissão Curricular.
Professor 3	P3	Professor do Departamento de Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Agropecuária da UNC. Professor envolvido com o curso de extensão rural e com a Cátedra Optativa de Política Alimentar. Diretor do Projeto de Extensão “Desenvolvimento Agroecológico Territorial e Soberania Alimentar. Fortalecimento da produção, marketing e consumo responsável”.
Professor 4	P4	Diretora da Escola de Nutrição da Faculdade de Ciências Médicas da UNC. Integrante da Comissão Curricular.
Professor 5	P5	Diretora da Escola de Ciências da Educação da Faculdade de Filosofia e Humanidades da UNC. Professora Titular da Cátedra de Políticas Educacionais e Legislação Escolar.

Fonte: Os autores, 2021.

Todos os entrevistados consentiram participação através de assinatura de termo por escrito. As entrevistas foram realizadas ao longo da semana da visita acadêmica sem que os participantes soubessem o conteúdo previamente. Para tentar garantir o conforto e a discrição dos entrevistados, cada entrevista foi realizada somente com o pesquisador e o entrevistado, em uma sala fechada do ambiente universitário. Foram realizadas perguntas, previamente elaboradas entre o pesquisador e a coordenadora da visita acadêmica, e seus áudios foram gravados com auxílio de anotações em um diário de campo.

A sequência de perguntas foi conduzida de maneira intencional e dividida em 3 eixos. O primeiro eixo, nomeado de concepções da SA e SO, buscou entender quais eram as concepções dos personagens-chaves em relação a SA e SO e em quais referências globais e regionais se baseavam. O segundo eixo, currículo, SA e SO, procurou entender se e de que forma estes conteúdos estavam inseridos no currículo de graduação em Nutrição e a proximidade dos personagens-chaves com a temática em sua prática profissional. Por fim, o terceiro eixo, lacunas curriculares, teve como intenção avaliar quais as opiniões em relação a conteúdos que não deveriam estar omitidos no currículo de Nutrição e de que maneira a temática da SA e SO poderia ser melhor trabalhada no ensino superior.

O quadro 02. apresenta a sequência de perguntas realizadas.

Quadro 02. Sequência de perguntas realizadas aos personagens-chaves.

Pergunta
Você poderia explicar a abordagem teórico-metodológica da SA e da SO?
Você poderia citar as organizações nacionais e internacionais relacionadas à SA e à SO?
Você poderia explicar um arco articulador entre SA, SO e Desenvolvimento Sustentável?
Quais devem ser os princípios que devem reger as políticas públicas de SA e SO?
A SA e a SO são eixos explícitos no currículo atual de Nutrição?
Quais são os aspectos conceituais e procedimentais da SA e da SO com mais presença na formação atual de graduação em Nutrição?
Desde quando consegue referir o interesse do tema da SA e da SO no currículo e / ou na prática profissional?
Atualmente você participa de algum projeto de ensino, pesquisa ou de extensão universitária no tema da SA e SO?
Você considera que existem aspectos ou dimensões teórico-práticas que não devem ser omitidos em um currículo de Nutrição?
Que recomendações você faria para melhorar a penetração da SA e da SO na agenda pública no campo da Educação Superior?

Fonte: Os autores, 2021.

Todas as entrevistas foram transcritas e passaram por verificação com uma docente conhecedora do contexto local nativa da língua espanhola. Em seguida foram processadas através da análise de conteúdo proposta por Bardin (BARDIN, 2011). Como marco de referência para a análise das entrevistas, foi utilizado o plano de estudos da carreira de Licenciatura em Nutrição da UNC, de 1985 (UNC, 1985).

Resultados

Eixo 1: Concepções da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar

As perguntas realizadas no primeiro eixo buscaram identificar os conhecimentos dos entrevistados sobre a temática da SA e da SO. As docentes do curso de Nutrição apresentaram respostas similares quanto aos enfoques relacionados ao tema, realizando diferenciações entre os conceitos: a SO se referiu a escolha dos povos sobre quais alimentos produzir e consumir, assegurando a alimentação a toda população. Já em relação à SA, o enfoque se voltou ao sistema alimentar e nas etapas de acesso, disponibilidade, produção, distribuição de alimentos com preços justos e culturalmente aceitos pela população.

Estes conceitos foram descritos tomando-se como referência internacional as definições da FAO. Complementarmente, P1 referenciou os programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Em relação aos organismos nacionais, E1, E2 e P2 citaram a Cátedra Livre de Agroecologia e Soberania Alimentar da UNC em referência a uma rede nacional de cátedras semelhantes. P1 e P2 se atentaram às leis nacionais e as secretarias de saúde, segurança alimentar e agricultura. Por conta da aproximação com o tema, P3 fez referência a órgãos mais próximos da SO como o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária, Subsecretarias de Agricultura Familiar e de maneira mais ampla, falou do Movimento Nacional Campesino Indígena ligado a Via Campesina.

Questionados sobre um arco articulador entre a SA, SO e o Desenvolvimento Sustentável, todos os docentes afirmaram não ser possível haver desenvolvimento sustentável sem a garantia da SA e da SO e vice-versa. A agroecologia seria o caminho para este desenvolvimento a partir do não uso de agroquímicos e do fortalecimento da agricultura familiar e de políticas públicas que respeitem a decisão dos povos sobre o que produzir e comer, de acordo com P3 e E1.

O direito humano a alimentação foi um dos princípios reportados por E1 e P4 como sendo aqueles que deveriam reger as políticas públicas em SA e SO. Para E2 o conhecimento das origens, da cultura e a conexão com os alimentos foram descritos como importantes para tal. P1 destacou a importância da equidade e do desenvolvimento humano como princípios enquanto o trabalho nos territórios foi elencado como sendo relevante para P2. P3 fez referências a mais critérios, enfatizando a qualidade e o acesso aos alimentos, a produção agroecológica, as cadeias curtas de comercialização e o pagamento justo do alimento como princípios referentes principalmente à SO. Para P5 o acesso ao alimento foi o critério mais importante, levando-se em consideração a falta de alimentos no país e a desnutrição infantil.

Eixo 2: Currículo, Segurança Alimentar e Soberania Alimentar

As questões realizadas no eixo 2 tiveram como intenção avaliar a presença da SA e da SO no currículo de graduação em Nutrição. Apesar de não realizarem diferenciações entre as temáticas, ambas as estudantes referiram que estes conteúdos não eram presentes diretamente no currículo, mas sim eram trabalhados de maneira transversal mais especificamente nos últimos dois anos do curso.

Entre as docentes do curso de Nutrição, P2 concordou com as estudantes e P1 e P4 afirmaram, ainda que não tenham realizado diferenciações, que a SA e a SO eram eixos presentes no currículo de maneira não aparente. P1 complementou ainda que alguns dos conceitos relacionados aos temas eram abordados fora do currículo "prescrito" em atividades de extensão e oficinas e trabalhados com certa importância no currículo "oculto".

Em sequência, ao responderem sobre os aspectos conceituais e procedimentais da SA e da SO com mais presença no currículo de Nutrição, E1 fez menção ao direito dos povos em decidir sobre sua alimentação baseado em suas culturas, crenças e religiões. Em relação à SA, a mesma enfatizou que a temática aparecia duas vezes no currículo: uma primeira vez nos anos iniciais tratando do acesso, disponibilidade e utilização biológica dos alimentos e uma segunda vez na disciplina de Saúde Pública com um enfoque em aspectos culturais, pessoais e psicológicos e não tão focado em aspectos biológicos.

P1 descreveu os aspectos da territorialidade, dos sistemas alimentares e nutricionais, da economia familiar e da intersetorialidade. Para ela, os conteúdos que tinham como eixos a SA e a SO eram os que faziam o aluno entender que a nutrição era fruto da intersetorialidade. De maneira menos aprofundada, P2 relatou que os aspectos relacionados à SA eram

trabalhados em várias disciplinas, oficinas e atividades de campo com diferentes metodologias enquanto a SA era mais discutida na disciplina optativa de Política Alimentar.

As respostas foram evidenciando que P1 possuía mais intimidade com a temática, principalmente porque veio trabalhando com ela desde o princípio do currículo vigente. A docente explicou que mudanças sociais, políticas e econômicas no país fizeram com que SA e a SO tivessem mais ênfase no currículo, julgado por ela como “bastante bióloga”. P2 e P4 relataram que a crise econômica de 2001 na Argentina foi decisiva para que ambas as temáticas fossem trabalhadas com mais ênfase, principalmente em função do crescimento dos movimentos camponeses e da agricultura familiar, fruto de uma adequação da universidade ao seu papel na sociedade.

Esta mesma crise econômica foi abordada na resposta de P3 que detalhou o movimento que houve para iniciar os trabalhos na área da agroecologia. Ainda, relatou que nesta época trabalhou-se mais com o conceito de SA e que posteriormente desenvolveu-se o conceito da SO dentro dos projetos de extensão.

Diferentemente dos demais, P5 relacionou sua prática docente com políticas educativas às políticas sociais e direitos humanos e referenciou o direito à saúde, alimentação e o direito das crianças como sendo as bases de sua prática profissional. Seu contato com a temática em questão se deu, principalmente, através de envolvimento com a Cátedra de Política Alimentar e de projetos de extensão com Escola de Nutrição da UNC.

Quanto ao envolvimento docente com atividades relacionadas à SA e SO, P1 e P2 relataram que vinham participando de projetos de extensão envolvendo diretamente o tema. P1 informou que participava de projeto de extensão voltado aos sistemas alimentares e nutricionais em escolas de nível médio enquanto P2 disse estar envolvida com um projeto de extensão financiado pela secretaria de políticas universitárias para trabalhar com carnes alternativas em escolas técnicas além de outro projeto sem financiamento com conselhos de segurança alimentar e compras comunitárias. Ademais mencionou que trabalhava com as temáticas em termos práticos na cátedra de Relações Humanas e Desenvolvimento da Comunidade.

Eixo 3: Lacunas Curriculares

Tendo como questionamento os conteúdos que não poderiam estar ausentes em um currículo de Nutrição, E1 considerou que a SA e a SO poderiam ser mais trabalhadas durante o currículo e assim como E2, reconheceu que a nova proposta curricular daria conta destes conteúdos omitidos. Entre as docentes do curso, P2 relatou que a relação entre o número de docentes e estudantes é um fator que dificultava a realização de mais trabalhos em campo e a criação de vínculos mais sólidos com os territórios. Assim, avaliou que um aspecto omissivo que deveria ser corrigido seria a quantidade de horas práticas em atividades no território.

Por fim, respondendo sobre como poderia haver uma maior penetração dos temas no âmbito da educação superior, E1 destacou que o projeto de hortas agroecológicas já existente deveria ocorrer a nível macro na universidade, a fim de contribuir com a discussão de direitos sociais, direito à saúde, a alimentação e educação. Para ela, este amplo contato, principalmente com outros cursos da saúde, contribuiria para um trabalho além do assistencialismo. A estudante queixou-se ainda dos trabalhos pontuais práticos nas comunidades e territórios que não possuíam seguimento e sugeriu que a universidade melhorasse os compromissos sociais a partir de projetos que abordem a SA e a SO.

P1 recomendou que houvesse a formação de espaços amigáveis e informais com diversos setores da universidade e da sociedade para mobilizações da temática em encontros amplos. No mesmo sentido de articular outros grupos, P4 descreveu a necessidade de se trabalhar em uma transversalidade da temática no âmbito do ensino superior de modo que o assunto não estivesse apenas implicado de questões envolvendo a alimentação. Para P2 o principal problema a ser combatido seria a falta de formação a nível de graduação com respeito às responsabilidades sociais e papel do cidadão. Para ela seria necessário que as pessoas entendessem suas responsabilidades na elaboração de políticas públicas e se aproximassem mais de questões como o trabalho comunitário.

Para a Diretora da Escola de Ciências da Educação, a elaboração de políticas institucionais universitárias que abarcassem as temáticas da SA e da SO seriam muito importantes para garantir sua penetração no âmbito da educação superior. Entretanto, se revelou bastante preocupada com a questão, por exemplo, do restaurante universitário da UNC que não possuía a estrutura suficiente para atender todos os alunos e, por consequência, não conseguia garantir a segurança alimentar na própria universidade. P3 reconheceu que a SA e a SO eram muito pouco trabalhadas em outros cursos como a exemplo das ciências sociais e o próprio curso de agronomia em que participava como docente. Para ele existia uma resistência de grupos docentes para que houvesse uma maior discussão acerca do tema e uma das maneiras a se revolver isto seria uma reforma curricular ampla.

Discussão e Considerações Finais

A visita acadêmica e a realização das entrevistas com diferentes membros da comunidade da UNC possibilitaram compreender o conhecimento dos entrevistados sobre SA e SO, a forma que o assunto está inserido na prática docente, no currículo de Nutrição e as diferentes visões e sugestões de como aprimorar a inserção da temática neste mesmo currículo.

Ficou evidente que os entrevistados possuíam compreensão sobre os temas e reconheciam a ausência destes conteúdos no currículo vigente. Contudo, indicaram que, apesar de sua ausência nomeada em disciplinas e conteúdos curriculares, a SA e a SO vêm sendo trabalhadas a partir de uma perspectiva de um currículo oculto, ou seja, com conteúdos que são aprendidos, mas não pretendidos abertamente no processo ensino-aprendizagem.

Possivelmente, por se tratar de um currículo elaborado há muitos anos e sem reestruturações recorrentes, os conteúdos envolvendo SA e SO foram sendo inseridos de maneira paralela em atividades de extensão universitária e de algumas disciplinas pontualmente. Este tipo de situação onde o currículo oculto dá conta de conteúdos importantes ausentes do currículo prescrito é comum em projetos curriculares que não são revisitados e reavaliados com certa frequência. Assim, a comunidade acadêmica acaba por trabalhar com estes conteúdos sem uma metodologia específica e de maneira não-oficial (PACHECO, 2013; SANTOMÉ, 2005).

Contudo, é importante destacar o peso dado nas respostas sobre as atividades de extensão envolvendo diretamente a SA e SO. A UNC, em especial, berço da extensão universitária na Argentina e referência histórica na luta pela educação superior na América Latina, vem se articulando com a sociedade com o intuito de responder as demandas não só educacionais, mas também com o comprometimento da formação de seres humanos críticos e preocupados com o desenvolvimento humano (AGUIAR; ROJAS, 2019; FREITAS NETO, 2011). Sobretudo no curso de graduação em Nutrição, apesar de ter sido pontuado como um curso com aspectos ainda muito biológicos e assistencialistas pelos entrevistados, a SA e a SO ocupam espaços importantes de formação extraclasse. A articulação com a comunidade ao seu redor através destes trabalhos extensionistas no território pode ser compreendido como uma das fortalezas do curso de graduação em Nutrição a ser trabalhada em uma inovação curricular.

Essa inovação curricular poderia ocorrer desde práticas acadêmicas mais abrangentes no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, considerando-se que o a SA e a SO são trabalhados a partir de um currículo oculto e que as atividades de extensão dão maior peso para estes conteúdos. Desta forma, visto que os conhecimentos acerca da SA e da SO não se constituem como parte integrante do processo formalizado de ensino-aprendizagem, permitiria uma maior compreensão por parte dos alunos que não possuem contato direto com as temáticas, deixando-os livres para tomar uma decisão individual e comprometer-se com questões relacionadas com a realidade e experiências concretas de SO e SA em territórios locais.

As experiências que ocorrem em territórios específicos, com atores sociais organizados, a partir de vínculos dialógico-críticos e de abordagens interdisciplinares e intersetoriais, são valiosas para uma formação acadêmica que contemple não somente o conhecimento teórico, mas também o conhecimento que é posto em jogo e construído a partir de experiências concretas de SO e SA.

Nesse sentido, contribuem em termos de qualidade educacional, na formação de futuros profissionais com um exercício profissional com espírito crítico e ação que resulte em uma verdadeira incidência e ação política transformadora desses territórios, como sujeitos coletivos com responsabilidade e compromisso social.

Apesar das características multiprofissionais e transversais que dizem respeito à SA e à SO, discussões quanto as suas inserções nos currículos de graduação em Nutrição estão sendo realizadas com mais força nos últimos anos, sobretudo na América Latina, onde o acesso e produção de alimentos, a fome e o direito humano à alimentação adequada guardam relações diretas com o papel do profissional nutricionista na sociedade contemporânea (CALISA, 2018; GLENZA; GIANNUZZI, 2018; GUERRA, 2017; NAVES; RECINE, 2014).

Neste mesmo cenário latino americano, existem diferenças procedimentais e teóricas a respeito da SA. O Brasil, por exemplo, a partir de uma lei orgânica de 2006, e sob influência de documentos orientativos da FAO, adicionou o conceito de segurança nutricional ao conceito de SA. De acordo com esta lei, a segurança alimentar e nutricional diz respeito à realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006). Da mesma forma, a Colômbia também incorporou o conceito “nutricional” em sua definição de SA (MARTÍNEZ, 2014). Em outros casos, como no Chile e na Argentina, a SA ainda guarda fortes relações com o aspecto do alimento e sua inocuidade, sem associá-lo amplamente a um contexto político e socioeconômico (FAO *et al.*, 2019; PASTORINO, 2020).

Em especial na Argentina, a crise econômica de 2001, pontuada pelos entrevistados, foi talvez a maior responsável pela mudança de paradigma educacional no campo da Nutrição. Isto porque o cenário político, social e econômico do país impôs à universidade uma mudança de postura e da forma de se trabalhar. Isto revela a maneira como a universidade pública deve se adaptar às mudanças estruturais sociais. Mais do que isso, o que se espera da universidade é uma articulação sólida com o poder público e com a sociedade civil na resolução dos problemas estruturais, como o caso da SA e da SO (PIATO *et al.*, 2015; FERNANDES *et al.*, 2019).

A universidade pública deve assumir seu papel essencial na garantia dos direitos humanos e na tentativa de articulações das demandas sociais com a formação de profissionais nos diversos campos do saber, focada em abordar os objetivos do desenvolvimento sustentável elaborados pela Organização das Nações Unidas, sobretudo no cenário da sindemia global. Exemplos exitosos de articulações no campo da SA e da SO foram descritos em trabalhos em rede na América Latina, incluindo a UNC (FERNANDES *et al.*, 2019).

A reestruturação curricular do curso de Nutrição da UNC, reportado por alguns participantes, parece ser fruto de uma longa discussão dos problemas locais e das articulações com a sociedade. Isso fez com que, por exemplo, houvesse a proposta de tornar a disciplina optativa de Política Alimentar, muito envolvida com a temática da SA e da SO, uma disciplina obrigatória na nova proposta curricular ainda não vigente. Este parece ser um passo promissor no reconhecimento da importância destes temas na formação do nutricionista no cenário contemporâneo.

Referências

- AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento; ROJAS, Gonzalo Ádrian. Reforma Universitária de Córdoba: Impactos na América Latina e Lições para o Tempo Presente. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 5, p. 1–12, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653663/19106>. Acesso em: 14 set. 2019.
- ALVES, Cristina Garcia Lopes; MARTINEZ, Maria Regina. Lacunas entre a formação do nutricionista e o perfil de competências para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 56, p. 159–169, 1 jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/znYJDxQJfg6VdYvRtMcRCJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- ASOCIACIÓN COLOMBIANA DE FACULTADES DE NUTRICIÓN Y DIETÉTICA (ACOFANUD). **Perfil y competencias profesionales del Nutricionista Dietista en Colombia**. Comisión del ejercicio profesional de nutrición y dietética. Bogotá D.C. v.1. 2013. 71 p. Disponível em: https://www.acofanud.org/?page_id=976. Acesso em: 18 set. 2019.
- BARCO, Susana. Prácticas alternativas en diseño curricular. **Alteridad. Revista de Educación**, v. 7, n. 1390, p. 33–48, 2012. Disponível em: <https://alteridad.ups.edu.ec/index.php/alteridad/article/view/1.2012.03>. Acesso em 29 mar. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011. 229p. ISBN: 9789724415062.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília, DF, 2006.
- CÁTEDRA LIBRE DE SOBERANÍA ALIMENTARIA, ESCUELA DE NUTRICIÓN – UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES (CALISA). **RED CALISAS. Tejiendo redes para la Soberanía Alimentaria. Compartiendo saberes y experiencias en torno a la creación de las Cátedras Libres de Soberanía Alimentaria y Colectivos afines de la Argentina**. Buenos Aires: [s.n.], 2018. 304 p. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/system/files/cuadernoparalasoberaniaalimentaria4-redcalisas.tejiendoredasparalasoberaniaalimentaria.junio2018.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019. Acesso em: 28 nov. 2019.
- CORREIA, Ana Paula Sousa; DIAS, Paulo. A evolução dos paradigmas educacionais à luz das teorias curriculares. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 11 (1), p. 113-122, 1998. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/490/1/AnaPaulaSousa.pdf>. Acesso em 13 fev. 2019.
- COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant. Análise de um processo de reforma curricular vivenciado por professores formadores de nutricionistas. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 18, n. 3, p. 657–673, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/nXKDTnVW8nqBhxz5wtgx3Br/?lang=pt>. Acesso em 14 fev. 2019.

CROCKER, René Cristóbal; *et al.* El Currículum Simétrico en la Formación de Profesionales de Salud y Alimentación con los Pueblos Originarios: La Experiencia con la Etnia Wixárika de México. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v. 11, n. 2, p. 109–123, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rlei/v11n2/art08.pdf>. Acesso em 12 ago. 2019.

DART, Janeane; *et al.* Toward a Global Definition of Professionalism for Nutrition and Dietetics Education: A Systematic Review of the Literature. **Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics**, v. 119, n. 6, p. 957–971, 1 jun. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30878401/>. Acesso em 2 jan. 2019.

DE SCHUTTER, Olivier. **Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación**. Consejo de Derechos Humanos. Naciones Unidas. 19 de dezembro de 2011. 16 p. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Food/A.HRC.19.59.Add.5_SP.pdf. Acesso em: 19 mai. 2019.

FERNANDES, Anna Christina Pinheiro; *et al.* Food environments for a healthy and nutritious diet: The contribution of academia. In: Food environments: Where people meet the food system. In: Food environments: Where people meet the food system. **UNSCN Nutrition**, v. 44, p. 160–168, 2019. Disponível em: https://www.utpl.edu.ec/postmaster/userfiles/files/UNSCN-Nutrition44-WEB-21aug_compressed.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

FIORIN, Bruna. Universidade: adaptação e aprendizagem. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. (Org.). **Ações de atenção à aprendizagem no Ensino Superior**. Santa Maria: UFSM, Ed. pE.com, 2015. 210 p. ISBN 9788567104027.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) *et al.* **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y Caribe 2019**. Santiago: Food and Agriculture Organization, 2019. 135 p. ISBN: 9789251319581.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **World Food Summit. Declaration on World Food Security**. Roma, 13 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>. Acesso em 10 jul. 2019.

FRUTUOSO, Maria Fernanda Petroli; JUNQUEIRA, Virginia; CAPOZZOLO, Ângela Aparecida. A experiência de formação (em) comum de nutricionistas na Unifesp, campus Baixada Santista. **Saúde em Debate**, v. 41, n. 112, p. 298–310, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/c6SsJbfk6sMWrknTyvYTfsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2019.

GLENZA, Fernando; GIANNUZZI, Leda. **La Red de Cátedras Libres de Soberanía Alimentaria de universidades públicas y colectivos afines de la Argentina (RedCALISAS): El surgimiento de un nuevo Movimiento Socioterritorial de base universitaria**. [s.l.: s.n.]. 2018. 19 p.

GORDILLO, Gustavo; JERÓNIMO, Obed Méndez. **Seguridad y soberanía alimentaria. Documento base para discusión**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2013. 45p. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ax736s/ax736s.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

GUERRA, Lucia Dias da Silva. **Direito humano à alimentação adequada e atuação profissional em saúde pública**. 2017. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) -

Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
doi:10.11606/T.6.2017.tde-29112017-001605. Acesso em: 10 abr. 2019.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. Alimentação: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3369–3394, 1 set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HMJwyTBrpS9SkLdHdhxjvQs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 19 mai. 2019.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, p. 174–198, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em 21 out. 2019.

LA VIA CAMPESINA. **Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina**. Tlaxcala, 21 de abril de 1996.

LISBÔA, Célia M. Patriarca; FONSECA, Alexandre Brasil. Abordagem de segurança alimentar nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. 1–13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8D4byGLvQVfWZPOSKvgCpFR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 out. 2019

MARTÍNEZ, Erix Bozón. La seguridad alimentaria y nutricional de Colombia, una prioridad. **Cuadernos Latinoamericanos de Administración**, v. 10, n. 18, p. 3, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4096/409634370001.pdf>. Acesso em 22 out. 2019.

MASETTO, Marcos Tarciso; NONATO, Brésicia; MEDEIROS, Zulmira. Inovação Curricular No Ensino Superior: entrevista com Marcos Tarciso Masetto. **Revista Docência Ens. Sup**, v. 7, n. 1, p. 203–210, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2300>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MESQUITA, Diana; FLORES, Maria-Assunção; LIMA, Rui M. Desenvolvimento do currículo no ensino superior: desafios para a docência universitária. **Revista Iberoamericana de educación superior**, v. 9, n. 25, p. 42–61, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ries/v9n25/2007-2872-ries-9-25-42.pdf>. Acesso em 11 abr. 2019.

MORAES, Bibiana Arantes.; COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Compreendendo os currículos à luz dos norteadores da formação em saúde no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 50, p. 9–16, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reesp/a/THFg3vQ7vZHDHxrdb8WrfWt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NAVES, Camilla Ceylão Daher; RECINE, Elisabetta. A atuação profissional do nutricionista no contexto da sustentabilidade. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/6246/8819>. Acesso em: 2 nov. 2019.

NETO, José Alves de Freitas. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Internacional de Educação Superior**, p. 62–70, 2011. Disponível em:

http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

PACHECO, Jose Augusto. Estudos curriculares: Desafios teóricos e metodológicos. **Ensaio**, v. 21, n. 80, p. 449–471, 2013. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/324>. Acesso em: 12 set. 2019.

PASTORINO, Leonardo Fabio. La seguridad alimentaria, un concepto pretencioso. **Przeгляд Prawa Rolnego**, v. 2, n. 27, p. 183-206, 2020. Disponível em: http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.ojs-doi-10_14746_ppr_2020_27_2_10. Acesso em: 6 jun. 2021.

PIATO, Ronise Straiotto; *et al.* Educação para o desenvolvimento sustentável: o papel da Universidade. **Archives of Health Investigation**, v. 3, n. 6, p. 41–45, 2015. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/87>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAAVEDRA, Eugenia.; ILLESCA, Mónica; CABEZAS, Mirtha. Aprendizaje basado en problemas (ABP) como estrategia para adquisición de competencias genéricas: estudiantes de nutrición y dietética, Universidad de la Frontera. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 41, n. 2, p. 167–172, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rchnut/v41n2/art07.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. **El curriculum: una reflexión sobre la práctica**. 9. ed. Madrid: Morata, 2008. 424 p. ISBN: 8471123266.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **El curriculum oculto**. 8. ed. Madrid: Morata, 2005. 220 p. ISBN: 788471123510.

SOARES, Nadia Tavares; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 5, p. 895–905, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/HSzk7z5WtNZdYVpKmSzyw3B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2018.

SWINBURN, Boyd Anthony; *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext?utm_campaign=tlobesity19&utm_source=HubPage](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext?utm_campaign=tlobesity19&utm_source=HubPage). Acesso em: 20 dez. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. General Assembly. United Nations, 21 de outubro de 2015. 35 p.